



ECO050 - Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/MF nº 19.208.022/0001-70 - NIRE 31.300.105.890

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS MINAS GERAIS GOIÁS S.A. (ATUAL ECO050 - CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.)

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da **CONCESSIONÁRIA RODOVIAS MINAS GERAIS GOIÁS S.A. (ATUAL ECO050 - CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.)**, localizada na cidade de Uberlândia, estado de Minas Gerais, na rua Sintra, nº 50, CEP 38406-643, no valor de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) na data de emissão ("Debenturistas", "Debêntures da 1ª Emissão", "1ª Emissão" e "Companhia" ou "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula VIII do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A.", celebrado entre Emissora, **PENTÁGONOS S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário ("**Agente Fiduciário**") e, na qualidade de intervenientes, a **ARGOVIAS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.434.111/0001-98, com sede na cidade de Uberlândia, estado de Minas Gerais, na Rua Sintra, 50, sala 02, Bairro Marileusa, CEP 38.406-643 ("**Interviente Controladora Direta**") e a **ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta, categoria "B", na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na cidade de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, na Rodovia dos Imigrantes, s/n, Km 28,5, 1º e 2º andares, Bairro Alvarenga, CEP 09.845-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.873.873/0001-10 ("**Interviente Controladora Indireta**"), em 8 de dezembro de 2017, conforme aditado de tempos em tempos ("**Escritura de Emissão**"), do artigo 121, parágrafo único, e do artigo 124, § 2º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), a **reunirem-se em assembleia geral de debenturistas em primeira convocação no dia 21 de janeiro de 2025 às 15 horas ("Assembleia")**, de modo **exclusivamente digital** via plataforma Teams coordenada pela Companhia (vide "informações gerais" abaixo), a fim de apreciarem e deliberarem acerca das seguintes **ORDENS DO DIA**: **1)** aprovação prévia, nos termos da Cláusula 5.1, alínea "m", da Escritura de Emissão, para que a Companhia eventualmente realize a sua 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública, sob rito de registro automático, nos termos da Resolução CVM 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 160**", "**Debêntures da 2ª Emissão**" e "**2ª Emissão**", respectivamente), no montante de até R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), de modo que não ocorra o vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Emissão; **2)** em razão da deliberação prevista no item (A) acima, aprovação da alteração da redação do Evento de Inadimplemento (conforme definido na Escritura de Emissão) previsto na Cláusula 5.1, alínea "m", da Escritura de Emissão, de modo a possibilitar a contratação de novos endividamentos da Companhia, inclusive com terceiros, até o valor, individual ou agregado, de R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, atualizado mensalmente pela variação positiva do IPCA, sendo certo que tais eventuais contratações deverão ter como prazo máximo de emissão, 31 de dezembro de 2025; **3)** aprovação prévia, nos termos das alíneas "j" e "u" da Cláusula 5.1 da Escritura de Emissão, para o eventual compartilhamento da cessão fiduciária de todos os direitos da Emissora e decorrentes do Projeto (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos do "Contrato de Cessão Fiduciária de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças", celebrado em 31 de março de 2016, conforme aditado de tempos em tempos ("**Cessão Fiduciária**" e "**Contrato de Cessão Fiduciária**", respectivamente) outorgada no âmbito da 1ª Emissão, a fim de garantir também todas as obrigações principais e acessórias, presente e futuras, a serem assumidas pela Companhia no âmbito da eventual 2ª Emissão, em condições *pari passu*, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão/execução e na proporção do respectivo saldo devedor atualizado de cada emissão, de modo que não ocorra o vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Emissão; **4)** aprovação prévia, nos termos das alíneas "j" e "u" da Cláusula 5.1 da Escritura de Emissão, para o eventual compartilhamento do penhor da totalidade das ações presentes e futuras, de emissão da Emissora que atualmente são de titularidade da Interviente Controladora Direta, nos termos "Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças", em 31 de março de 2016, conforme aditado de tempos em tempos ("**Penhor de Ações**" e "**Contrato de Penhor**", respectivamente, e o Contrato de Penhor em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária, os "**Contratos de Garantia**"), outorgado no âmbito da 1ª Emissão, a fim de garantir também todas as obrigações principais e acessórias, presente e futuras, a serem assumidas pela Companhia no âmbito da eventual 2ª Emissão, em condições *pari passu*, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão/execução, na proporção do respectivo saldo devedor atualizado de cada emissão, de modo que não ocorra o vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Emissão; **5)** em razão das deliberações previstas em (C) e (D), aprovação da alteração da redação do Evento de Inadimplemento previsto na alínea "u" da Cláusula 5.1 da Escritura de Emissão, de modo a possibilitar a outorga de quaisquer garantias reais, ônus em favor de terceiros sobre quaisquer ativos, ou, ainda, garantias fidejussórias para novos empréstimos, financiamentos ou dívidas, inclusive com terceiros, até o valor, individual ou agregado, de R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, atualizado mensalmente pela variação positiva do IPCA, sem prejuízo dos valores anteriormente previstos no âmbito da alínea "u" da Cláusula 5.1 da Escritura de Emissão; **6)** aprovação da alteração da redação dos Eventos de Inadimplemento previstos nas alíneas "h", "w" e "x" da Cláusula 5.1 da Escritura de Emissão, de modo que eventuais reorganizações societárias envolvendo a Companhia, desde que em qualquer caso, a Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.149.454/0001-80, permaneça direta ou indiretamente no bloco de controle da Companhia, não caracterize um Evento de Inadimplemento conforme previsto nas respectivas alíneas previstas acima; **7)** aprovação prévia, nos termos da Cláusula 5.1, alínea "n", subitem "ii", da Escritura de Emissão, de modo a possibilitar, caso necessário, o pagamento de principal e juros decorrentes de mútuos subordinados, celebrados pela Emissora, na qualidade de devedora, entre o período de 1º de janeiro de 2024 e da data de liquidação das eventuais Debêntures da 2ª Emissão em até 15 (quinze) dias úteis após a data de primeira integralização das eventuais Debêntures da 2ª Emissão, sem prejuízo das demais disposições da Escritura de Emissão de forma que não caracterize um Evento de Inadimplemento não automático das Debêntures da 1ª Emissão; **8)** Caso seja deliberada pela aprovação dos itens (1), (2), (3), (4), (5), (6), (7), aprovação da alteração da redação das Cláusulas 4.16.2, 5.10, 6.4.1 e 6.4.8 da Escritura de Emissão para prever a extensão da vigência: (i) das fianças corporativas, prestada pela Interviente Controladora Direta e pela Interviente Controladora Indireta, nos termos da Cláusula 4.16 e seguintes da Escritura de Emissão, até a quitação integral das Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão); e (ii) do

Uberlândia - MG, 20 de dezembro de 2024.

ECO050 - CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

Matheus da Silva Pereira Fernandes - Diretor de Relações com Investidores.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Na função de síndico do condomínio **RESIDENCIAL THE PALMS HOUSES & CLUB**, venho, por intermédio da presente, no uso das atribuições a mim conferidas pela Convenção do Condomínio, e nos termos do parágrafo único do Artigo 15, **CONVOCAR** todos os condôminos a participarem da **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada exclusivamente pelo **ambiente virtual <https://schwartz.superlogica.net/clients/areadocondominio>**, disponibilizado para todos os proprietários, iniciando-se no dia **25 de Dezembro de 2024**, em primeira convocação às 08:00 horas, ou em segunda convocação às 08:30 horas, com qualquer número de presentes, encerrando-se no dia **27 de Dezembro de 2024**, às 17:00 horas, para deliberarem sobre os seguintes assuntos:

1. Aprovação de Chamada Extra para regularização junto à Prefeitura das áreas que foram adicionadas desde a entrega do nosso empreendimento;
2. **Aprovação para venda de itens que foram substituídos na academia, quiosques, piscina e salão de festas;**

Lembramos ainda que é importante a participação de todos (as) **CONDÔMINOS (AS)** na **ASSEMBLEIA**.

Os procuradores deverão apresentar instrumento legal, e só terão direito a voto, os (as) **SENHORES (AS) CONDÔMINOS (AS)** que estiverem rigorosamente em dia com as despesas condominiais e demais rateios-extras.

As procurações devem ser outorgadas em consonância com a previsão da convenção condominial: **ARTIGO 13 - Ao condômino é lícito se fazer representar nas Assembleias Gerais por procurador com poderes especiais, desde que não seja pessoa da administração do condomínio. Caso o instrumento de procuração não contenha a autenticação da assinatura do outorgante, o procurador responderá civil e penalmente, por sua autenticidade.**

Em consonância com a Lei 4.591/64, as deliberações da Assembleia serão também obrigatórias para os condôminos dissidentes e ausentes, havida sua ausência como tácita concordância com as deliberações adotadas e aprovadas.

Uberlândia-Mg, 19 de dezembro de 2024.

Cordialmente,
Fernando Moreira Gouvêa
Síndico

A empresa Supermercados Leal Ltda. CNPJ 25.926.205.0001-23 com endereço nesta cidade, Uberlândia /MG, Avenida Cesário Crosara nº 3855, convoca o seu empregado (a) Maria das Graças Cunha da Luz para comparecer na empresa dentro do prazo de 48h.



DECISÃO DE SUSPENSÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 597/2024

Objeto: concessão dos serviços públicos funerários completo, com o fornecimento de umas mortuárias comuns e especiais, além de execução de toda paramentação, ornamentação, Velas, tule, velório, incluindo montagem nos lares ou sua realização em salas velatórias simples ou de luxo, deverá também realizar a remoção de corpos do local do óbito para funerárias, residência, UAL, IML ou SVO, além do traslado para outras localidades, por via aérea ou terrestre, a depender da distância e das condições de acesso ao local, será responsável pela preparação de corpo (tanatopraxia e tamponamento) e necromaqueiagem, entre outros serviços inerentes ao objeto desta contratação, em atendimento à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. A Diretora de Compras, tendo em vista o Mandado de Segurança nº. 5076019-16.2024.8.13.0702, expedido pelo Poder Judiciário de Minas Gerais DECIDE SUSPENDER, sine die, a referida licitação. Deve-se dar amplo conhecimento dessa decisão mediante publicação de que a mesma foi SUSPENSÃO, sine die e que, oportunamente será marcada nova data para Sessão Pública para recebimento de proposta. Uberlândia, 23 de dezembro 2024.

MARIA BARBOSA POLICARPO
Diretora de Compras

*Documento assinado, nos termos da delegação de poderes conferida pela Portaria nº 647, de 1º de junho de 2023, de forma eletrônica, conforme certificação digital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL - MG

AVISO DE LICITAÇÃO. Concorrência Pública nº 009/2024 – Será realizado no dia

17/02/2025 às 08:00h o Processo nº 119/2024, com critério de menor preço global.

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obra da construção de abrigo para animais no Município de Coromandel-MG.

Informações: E-mail:licitacao@coromandel.mg.gov.br, no site www.coromandel.mg.gov.br ou pelo telefone 34-3841-1344. Coromandel-MG, 23 de dezembro de 2024. Diogo Arthur Magalhães Pereira – Agente de Contratação.